

**A PRODUÇÃO DO ESPAÇO E O TURISMO EM CAROLINA –
MARANHÃO, BRASIL**

**THE PRODUCTION OF SPACE AND TOURISM IN CAROLINA –
MARANHÃO, BRAZIL**

**LA PRODUCCIÓN DEL ESPACIO Y EL TURISMO EN CAROLINA –
MARANHÃO, BRASIL**

Gisselly Poliana Santos Muniz

Mestra em Geografia pela Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Graduada em Geografia pela Universidade Federal do Maranhão – UFMA.
gissellymuniz@gmail.com

Claudio Eduardo de Castro

Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho – UNESP/Presidente Prudente. Professor Adjunto III do Departamento de Geografia da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA.
clanaros@yahoo.com.br

Recebido para avaliação em 01/09/2018; Aprovado para publicação em 18/10/2018.

RESUMO

Neste artigo apresenta-se o contexto de Carolina, Maranhão, ante o turismo de natureza que pensa-se ecoturístico, cujos resultados se refletem no social e ambiental do espaço geográfico, o qual possui uma dinâmica de ocupação e de produção e (re)produção envolto de aspectos históricos que o consolidaram dentro da história do Estado. Outrora identificado por ser um importante entreposto comercial do rio Tocantins, apresenta atualmente outros usos, que agregam nova valorização ao espaço do município, a exemplo do turismo. A metodologia adotada para a compreensão desse processo incluiu além da pesquisa bibliográfica e documental, o levantamento de campo e cartográfico, e entrevistas. Os resultados mostraram que o turismo em Carolina é uma das principais atividades econômicas e que tem crescido apesar dos problemas de ordenamento territorial, infraestrutura, degradação de ambientes naturais e aumento no número de atrativos nos últimos anos sem planejamento ou gestão que garantam um uso racional focado em sustentabilidade. Nesse sentido, foi possível concluir que a atividade turística é de suma importância para a economia municipal, mas que precisa da aplicação de políticas públicas para a organização do uso e cooperação entre os agentes da atividade.

Palavras-chave: Turismo; Espaço; Carolina-MA.

ABSTRACT

This article presents the context in Carolina, Maranhão, before the tourism of nature that is thought to be ecotourism, whose results are reflected in the social and environmental of the geographic space, which has a dynamic of occupation and production and (re)production of the space surrounded by historical aspects that consolidated it within the history of the State of Maranhão. Previously identified as an important commercial warehouse on the Tocantins River, it currently presents other uses, which add new value to the city's space, such as tourism. The methodology adopted to understand this process included bibliographical and documentary review, field and cartographic survey, and interviews. The results showed that tourism in Carolina is one of the main

economic activities and that it has grown with problems of territorial planning, degradation of natural environments and increase in the number of attractions in recent years without planning. In this sense, it was possible to conclude that the activity is of great importance for the municipal economy, but that it needs the application of public policies for the organization of the use by the tourism and cooperation between the agents of the activity.

Keywords: Tourism; Space; Carolina-MA.

RESUMEN

En este artículo se presenta el contexto del turismo de naturaleza en Carolina, cuyos resultados se reflejan en los aspectos sociales y ambientales del espacio geográfico. Antes identificado por ser un importante almacén comercial del río Tocantins, presenta actualmente otros usos, como el turístico, que agregan una nueva valorización al espacio del municipio. La metodología adoptada para la comprensión de este proceso incluyó la revisión bibliográfica y documental, levantamiento de campo y cartográfico, y realización de entrevistas. Los resultados mostraron que el turismo en Carolina es una de las principales actividades económicas y que ha crecido con problemas de ordenación territorial, degradación de ambientes naturales y aumento en el número de atractivos en los últimos años sin planificación. En ese sentido, fue posible concluir que la actividad es de suma importancia para la economía municipal, pero que necesita la aplicación de políticas públicas para la organización del uso del espacio por parte del turismo y la cooperación entre los agentes de la actividad.

Palabras clave: Turismo; Espacio; Carolina-MA.

INTRODUÇÃO

O turismo é uma das atividades econômicas que mais cresceu nos últimos anos, e como consequência os setores envolvidos nessa prática têm usado diversos meios para a gestão das áreas propícias e/ou que já estejam sendo utilizadas para esse fim. As transformações espaciais impulsionam as mudanças na implantação de serviços e no ganho de capital por parte desses setores que têm no turismo uma fonte de renda e de exploração dos recursos disponíveis em cada destino.

Como atividade econômica, está no 4º lugar em geração de receita mundial, perdendo apenas para as indústrias dos combustíveis, produtos químicos e automóveis. De acordo com a Organização Mundial do Turismo – OMT (2016), o turismo internacional obteve em seis anos consecutivos um crescimento expressivo no número de viagens, um total de 1.184 bilhões de turistas viajaram pelo mundo, o que revela um crescimento de 4,4% a mais de visitantes em destinos internacionais.

Nesse contexto, percebe-se a procura por ambientes naturais como fuga do estresse dos grandes centros urbanos. Essa afirmação está presente em discursos de promoção da natureza como produto turístico, sendo que a apropriação territorial aparece como consequência desse ‘modismo’ provocado pelos meios de comunicação e como

consequência tem ocasionado processos de turistificação de diversos espaços e gerado problemas ambientais, sociais e econômicos.

O turismo engendra-se na produção do espaço, uma vez que é entendido como prática social e que permite a atribuição de novas funções em espaços que antes possuíam características distintas, atribuindo-lhes novos padrões de consumo. Nesse sentido, Gonçalves (2015) explica que ao se organizar territorialmente a sociedade estabelece práticas para a ocupação e uso dos recursos e espaços.

Ao estudar-se o fenômeno turístico, revela-se a necessidade de entender os processos que dinamizaram a constituição dos espaços em que a atividade acontece. A influência do turismo se refere à forma como a atividade é praticada, ocasionando mudanças que podem concorrer de forma negativa ou positiva. Dessa maneira, o interesse dos turistas por ambientes naturais tem elevado as preocupações sobre os efeitos gerados por tal prática social, já que a grande maioria dos lugares procurados possui fragilidades ambientais que requerem acompanhamento (NASCIMENTO, 2008). Essa dualidade que em certo ponto é conflitante norteia a elaboração desta pesquisa.

Dessa forma, o principal objetivo nesta pesquisa foi compreender o processo de apropriação turística do município de Carolina, no Maranhão, considerado um dos principais roteiros ecoturísticos do estado. Também se buscou qualificar o papel dos atores envolvidos e o resultado direto do uso dos atrativos, visando entender que dicotomia pode pautar essa prática.

Ressalta-se que o Plano Estratégico de Turismo identificou que 90% dos visitantes foram motivados pelos atrativos naturais lá existentes (MARANHÃO, 2012). No município está localizado cerca de 85% da área total do Parque Nacional da Chapada das Mesas – PNCM, o restante divide-se entre os municípios de Estreito-MA e Riachão-MA. O Parque foi criado em 2005, classificado como Unidade de Conservação (UC) de Uso Integral, se tornando um dos marcos para a divulgação de Carolina no cenário do turismo voltado para a natureza. De acordo com Manosso (2005), a atividade turística em UCs tem propiciado impactos ambientais e sociais no interior e entorno dessas unidades, destacando aquelas que não possuem uma infraestrutura adequada para visitação.

A metodologia adotada para a compreensão do processo de produção do espaço no município incluiu estudos bibliográficos e documentais, levantamento de campo e cartográfico e entrevistas com atores do espaço. A pesquisa foi realizada de novembro de 2015 a julho de 2017, resultando em trabalho dissertativo que permitiu a elaboração desse artigo.

RELAÇÕES ENTRE ESPAÇO E TURISMO

Segundo a OMT (2001, p. 38), “[...] o turismo compreende as atividades que realizam as pessoas durante suas viagens e estadias em lugares diferentes do seu entorno habitual, por um período consecutivo inferior a um ano, com finalidade de lazer, negócios ou outras”. Configura-se como uma atividade de troca material entre homem e natureza, ao passo que sua prática modifica essa relação, inserindo novas relações de trabalho e consumindo a natureza (CRUZ, 2003; BEDIM, 2007). Todos esses fatores surgem como forma de alteração espacial, gerando novas funções.

O turismo utiliza o espaço geográfico como objeto de consumo, constituindo assim um setor que se apropria e o transforma de acordo com as necessidades e especificidades de cada modelo praticado. Cruz (2003) explica que o turismo é uma prática social e tem como principal objeto de consumo o espaço geográfico e, ao apropriar-se dele, insere novas funções e acaba por introduzir novos significados. Destaca-se que a seleção dos espaços turísticos é feita principalmente pela observância do que a paisagem oferece e a possibilidade de construção de novas paisagens em espaços de natureza existente.

Nesse sentido, quando Santos (2014) considera elementos para os estudos sobre a produção do espaço, é possível identificá-los para a atividade turística. Ao tratar-se da *forma*, a parte material e visível do espaço, elencamos a paisagem como unidade central para essa abordagem. Quando se trata de paisagem, existem definições específicas para cada ramo do conhecimento, para a Geografia ela é considerada como expressão materializada do espaço e sua análise remete a diversas heranças do imbricamento entre o homem e natureza (SANTOS, 1996), já para o turismo, a paisagem é mercadoria (SARTI; QUEIROZ, 2012).

Cruz (2003) destaca a importância das paisagens para o turismo e na sua constituição como lugar, além de direcionarem para os fluxos turísticos, sendo que algumas delas possuem maior potencial que outras. Para Seabra (2001), é necessário eliminar o distanciamento entre aspectos naturais e humanos, através da análise do espaço em sua totalidade, buscando-se entender questões políticas, sociais, econômicas e ambientais.

Nessa lógica a paisagem tem como *função* principal a de ser o atrativo para a atividade, funcionalidade atribuída à constituição histórica e valor como mercadoria para os agentes turísticos, assim o *processo* está atrelado ao tempo e à técnica empregada para a constituição da forma, sendo dinâmico e indicando a totalidade da paisagem. E a *estrutura* é o suporte para o turismo, valorando-se os equipamentos que a constituem, a exemplo de pousadas, restaurantes, agências, vias de acesso e outros.

O espaço pode disponibilizar potencialidades exploráveis pelo turismo que se inserem nessa atividade conforme os interesses e demandas. Os usos do espaço atendem, portanto, aos interesses não só dos que promovem o turismo, mas à demanda social pela oferta, demanda advinda do interesse social em viajar que depende, obviamente, de cada usuário. Sendo importante perceber que esse processo é mutável, ou seja, espaços que hoje são considerados turísticos podem futuramente não ter mais essa função. “Assim, o turismo é produto do processo histórico moderno, se inserindo entre as inúmeras concepções da modernidade e suas tendências econômicas, políticas, culturais e ambientais a transformar o mundo” (BEDIM, 2007, p. 77).

Rodrigues (1992) descreve que a criação e recriação de espaços pelo turismo é intensa, e que remete a uma construção social. Destaca que os estudos em Geografia dessa produção estão pautados nos processos sociais que o englobam e para a sua importância em nível global, determinados por uma lógica material e histórica.

A compreensão do que determina a produção do espaço turístico pode ser feita a partir da análise do que o constitui e de que forma o turismo está influenciando em mudanças econômicas, sociais e ambientais. A atividade não se restringe a alguns espaços e tampouco se fixa nos quais ela se concebe. É dinâmica e como tal, valoriza diferentes porções e/ou cria ou transforma espaços que antes não eram turísticos.

Soma-se a isso o fato de que o sujeito do conhecimento é capaz de ser apreendido pela Ciência a partir das categorias essenciais que o envolvem: a produção, a reprodução, o consumo, a troca, a propriedade, o Estado, o mercado e as classes sociais. Estas categorias são concebidas a partir de um raciocínio que desenvolve uma cadeia de determinações entre elas (GOMES, 2003). Para o turismo, se torna interessante compreender o papel dos diferentes sujeitos que compõem essa lógica, permitindo a interpretação desse conjunto de relações para a formação da atividade.

A compreensão do turismo precisa levar em consideração os diferentes níveis de realidade da sociedade, seja através da dominação política, acumulação de capital ou da realização da vida humana (CARLOS, 2011). Logo, as condições materiais determinam as diversas relações sociais, tendo como princípio a transformação da natureza. O turismo, dessa forma, engendra um novo processo produtivo, de uma interação entre homem e natureza, baseadas a partir de um contexto histórico e cultural associado à evolução econômica e social.

Nos últimos anos atividades ligadas ao turismo têm impulsionado o crescimento econômico e como consequência o aumento no deslocamento de pessoas pelo mundo e o

fluxo de capital. Essa atividade seria então uma forma de erradicação da pobreza e miséria dos habitantes que recebem o turista (BRASIL, 2013), já que tem como objetivo impulsionar o comércio local e gerar emprego e renda, mas, em grande parte dos casos, gera desigualdades sociais e econômicas, já que concentram a renda nas mãos de empresários que, em sua maioria, não são oriundos das regiões visitadas (PICHININ, 2008).

Ressalta-se assim a relevância de análises geográficas para entender como o turismo se manifesta engendrando novas relações, uma vez que os diversos aspectos relacionados ao espaço revelam uma formação diferente e que remete a momentos históricos, muitas vezes desiguais. A produção e (re)produção do espaço permitem a observância das transformações econômicas em uma sociedade e suas implicações, especialmente quando o promotor das novas dinâmicas é o turismo.

A PRODUÇÃO DO ESPAÇO EM CAROLINA-MA: da Colônia ao polo turístico

Todo o processo de produção do espaço turístico de Carolina obedece a uma lógica que perpassa desde sua origem colonial, caracterizada fortemente pela pecuária, à dinamização da economia, que aparece como um dos principais centros de atração do turismo no Maranhão.

O município tem em sua história marcas importantes da ocupação portuguesa, visto que a Coroa tinha interesse no Rio Tocantins, ordenando uma expedição, conduzida por Elias Ferreira Barros, tenente da Cavalaria de Milícias da Província do Maranhão que desbravou do rio Tocantins até o Belém, no Pará. A Carta Régia de 12 de maio de 1798 determinou a exploração do Rio Tocantins e de qualquer outro curso d'água que facilitasse a navegação para as Capitanias do Pará e de Goiás, fato que posteriormente contribuiu para o desenvolvimento dessa região (PACHECO FILHO, 2009).

A pecuária é uma tradição na região, primeiramente, atravessando o rio São Francisco e o Parnaíba, chegando até o estado do Maranhão. Trovão (2008) explica que esse avanço acentuou a criação de povoados, dentre eles o Arraial de São Pedro de Alcântara, fundado por goianos, o que permitiu o encontro de duas frentes pastoris, uma baiana e a outra goiana. Esse processo preconizou uma disputa territorial entre os estados de Goiás e do Maranhão. Em 1816, através de Carta Régia, foram definidos os limites para cada estado, sendo os rios Manuel Alves Grande e o Tocantins, ficando o povoado de São Pedro de Alcântara do lado maranhense. Inconformados, os goianos modificaram o nome

da povoação para Carolina, homenagem feita à Imperatriz Leopoldina, cujo nome completo era Carolina Josefa Leopoldina Fernanda de Habsburgo-Lorena, muito popular na época devido à luta pela independência do país.

Em 1831 foi elevada à categoria de vila pelo Decreto de 25 de outubro, influenciando culturalmente e comercialmente todo o médio Tocantins. Devido a isso, muitas disputas ocorreram nesse período pela anexação de Carolina ao Maranhão, fazendo com que os governos do Maranhão e Goiás travassem batalhas jurídicas e políticas. Os criadores de gado tiveram papel importante nessa disputa e, instalados em Pastos Bons, lutaram contra os goianos a favor do Maranhão (CABRAL, 1992; TROVÃO, 2008; PACHECO FILHO, 2009; SILVA, 2015). Essa disputa só terminou em 1854 quando Cândido Mendes de Almeida, deputado maranhense, ganhou a questão no Rio de Janeiro e provou que o distrito pertencia ao Maranhão.

Elevada à categoria de cidade em 1859, pela Lei Provincial nº 527, seu território possui uma área de 6.441,603 km². O município se limita ao Norte com os municípios de Estreito, São Pedro dos Crentes e Feira Nova do Maranhão; ao Sul e a Oeste com o Estado do Tocantins; a Leste, com o município de Riachão (IBGE, 2016) (Figura 1).



Figura 1 – Localização Carolina-MA. Fonte: Os autores, 2017.

Em se tratando de atividade econômica, Carolina passou a ser considerada o Empório do Sertão, nomenclatura atribuída às atividades comerciais com Belém, o município detinha a segunda maior frota de barcos do Rio Tocantins e transportava mercadorias (sal, tecidos, querosene, sabão, açúcar e outros) vindas do Norte para municípios da zona do Alto e Médio Tocantins, e exportava para Belém produtos como a couro, algodão, carne-seca e arroz (SILVA, 2015).

Essa dinâmica econômica permitiu que a cidade se tornasse uma das mais importantes do Sul do estado e centro financeiro do Alto e Médio Tocantins. Outro fator importante foi à construção, em 1941, da Companhia Hidrelétrica de Itapecuruzinho, localizada no povoado de São João da Cachoeira, que atualmente é um dos principais atrativos turísticos do município. Ressalta-se que as ruínas da hidrelétrica não são um atrativo, sendo as cachoeiras o principal motivador de visitas.

A construção da estrada Belém-Brasília, na década de 1960, trouxe estagnação para a economia local. A construção da rodovia atraiu para suas margens novas frentes de povoamento, seu advento contribuiu para o aumento de viagens por via terrestre, deslocando o eixo econômico para as cidades de Imperatriz, no Maranhão e Araguaína, no Tocantins, isolando Carolina (SILVA, 2015; MUSEU DE CAROLINA, 2015).

Santos (2006) explica que o espaço é fruto de desigualdades acumuladas pelo tempo, onde cada momento histórico é formado por formas geográficas que são reestruturadas temporalmente de acordo com a lógica de mudança capitalista. A partir dessa premissa, atualmente, a atividade turística também exerce um papel importante na consolidação do espaço, assim, lugares que antes tinham outra função econômica e social, hoje são reproduzidos por uma lógica que difere da sua origem e cedem espaço ao lazer da visitação para fins turísticos.

Entre as décadas de 1970 e 1980 a visitação aos locais de turismo tinha como característica o lazer voltado para a população local, com visitas às Cachoeiras do Itapecuru e Pedra Caída, propriedades particulares. Os anos de 1990 marcam o início do movimento turístico na cidade, através da prefeitura, que elaborou *folders* para divulgação do turismo, pois, até então, os atrativos só eram conhecidos pela população local. Esse material permitiu uma visibilidade em uma escala regional como detentora de belezas naturais, permitindo fluxos de pessoas de municípios próximos para visitação às cachoeiras e locais de banhos.

Ressalta-se que Carolina em 1993 foi tombada pelo Departamento do Patrimônio Histórico, Artístico e Paisagístico da Secretária de Estado e Cultura do Maranhão, através

do Decreto nº 12.954 de 12 de fevereiro de 1993, preservando e valorizando os seus 500 imóveis de características históricas importantes (Figura 2) (SILVA, 2015). Recebeu ainda o título de Paraíso Ecológico, oriundo de suas especificidades ambientais, atribuído pela Prefeitura de Carolina.



Figura 2 – Igreja de São Pedro de Alcântara, Carolina-MA. Fonte: Os autores, 2017.

A atividade turística nas Cachoeiras do Itapecuru iniciou-se nos anos de 1980, devido à abertura de uma estrada de acesso ao povoado São João da Cachoeira, no qual está localizado o atrativo. A área particular adotou a visitação para fins turísticos com serviços de bar e restaurante em construção de taipa. Em 1997, o atual proprietário comprou a área e iniciou as obras de implantação de infraestrutura que levariam ao conjunto de serviços de hospedagem e alimentação que apresenta nos dias atuais (Figura 3).



Figura 3 – Complexo Cachoeiras do Itapecuru. Fonte: Os autores, 2016.

Na outra margem está o empreendimento Balneário Novo Banho, cuja atividade iniciou-se a partir da grande demanda das cachoeiras, a área é de propriedade estatal e não

informaram qual a legalidade de uso. A infraestrutura dispõe apenas de uma pequena casa de apoio para serviços de alimentação, as demais dependências limitam-se às instalações da antiga usina, o que pode gerar risco, devido ao estado de abandono.

Outro atrativo importante é o Complexo de Pedra Caída que antes de ter função turística era uma fazenda de criação de gado, onde os proprietários sabiam da existência das cachoeiras e dos banhos. Nos anos de 1980, a população começou a visitar a cachoeira do Santuário devido às belezas do lugar, porém o acesso era dificultado pelo relevo das vertentes muito inclinadas. O fluxo de visitas aumentou com a construção da BR 230 que liga Carolina à Estreito, paralela ao Rio Tocantins. Nesse período, com o aumento de visitantes, os proprietários perceberam que seria uma forma de aumentar a renda e investiram em serviços, ainda que rudimentares, de restaurante e bar.

Nos anos de 1990, construíram chalés para hospedagem; em 2006, o complexo foi comprado pela Empresa Pipes e tornou-se o principal atrativo de Carolina, aspecto consolidado devido ao modelo de gestão empregado com investimentos altos em infraestrutura. Em 2014 foi injetado um capital para melhoria de instalações no valor de R\$ 25 milhões, o que teve como consequência o aumento nos custos para visitação (MARANHÃO, 2017) (Figura 4).



Figura 4 – Complexo da Pedra Caída visto a partir do teleférico. Fonte: Os autores, 2016.

Em entrevista realizada com o Senhor Pedro Iran, proprietário da empresa, foi explicado o processo de compra do complexo.

E agora por último, há uns 10 anos atrás, tinha sido feita essa estrada, aqui, anos atrás essa estrada de Carolina ao Estreito. Quando saiu essa estrada, aparecem aquelas cachoeira ali do Pedra Caída, e um rapaz que o pai dele era dono de lá, começou a fazer alguma coisinha, alguma vendinha lá, e vender passeios, e foi levando né, fez um chalezinho lá, só que depois de tantos anos, há uns 10 anos atrás, agora mais ou menos ai e apareceu uns problemas, e ele me ofereceu aquilo lá, que era preciso vender aquilo lá porque apareceu vários problemas e não conseguia mais tocar aquilo lá (...) e eu não tinha nem muito interesse, mas ele queria que eu

comprasse, porque ele acreditava que eu ia fazer melhor do que ele. Eu já tinha outras atividades (...) aí fiquei assim, sem querer, mas como ele depositou aquela confiabilidade em mim e eu vi que aquilo, que a região precisava, e também eu vi que era um ponto com muitos atrativos num lugar só (...) aí eu resolvi fazer um investimento lá. Foi o tempo que começaram a fazer esse lago aqui e tiveram que indenizar muita coisa aqui do lado, aí indenizaram um hotel que eu tinha em Filadélfia, umas casas na beira do rio, uns pedaços de terra que tinha de uma fazenda, uma cerâmica na beira do rio também, uma oficina de balanceamento e alinhamento de carro que eu tinha aqui também na beira do rio, certo que o lago tomou, eles me indenizaram isso tudo, e eu disse esse dinheiro vou investir na Pedra Caída e o dinheiro não deu e eu tive que fazer empréstimo em banco (...) se eu soubesse que ia gastar tudo que gastei eu não teria começado (...) tá com dois anos que a gente abriu, é uma criança, um lugar que o povo tá gostando. Ainda não tá bom, porque nos tamu numa região distante de muita gente, e tá tendo melhor movimento feriado, sábado e domingo e na semana é mais devagar, o que ganho no final de semana e sábado e domingo é colocado para a semana (...) Outra coisa que eu gosto muito é de dar emprego (...) está sendo útil a muita gente (Pedro Iran, Informação verbal, 2017).

Os custos de visitação ao complexo geraram um quadro de ‘expulsão’ da população local e a procura de novos lugares para atividades de recreação. Essa condição pode ser creditada à renda *per capita*, que segundo o último censo do IBGE (2010), era de R\$ 600,00. Não obstante, os moradores frequentam o complexo, geralmente quando acompanhados de visitantes de outros lugares, quando recebem cortesias ou aqueles com melhor condição financeira, assim, as visitas têm como característica predominante excursões vindas em sua maioria do Pará e grupos de famílias.

O aumento dos custos em Pedra Caída e a visibilidade e exposição advindas do *marketing* que esse empreendimento promoveu, forçaram a implementação de novos atrativos, como forma de atender a demanda por produtos de custos menores, bem como para os moradores locais. Novos empreendimentos, a exemplo da Estância Vereda Bonita e dos serviços de alimentação e hospedagem nas áreas onde estão localizadas as cachoeiras do Dodô e da Mansinha, surgiram nos últimos cinco anos para atender a essa demanda. Em entrevista, um morador descreve:

“[...] é mais para esses banhos, lá para Pedra Caída é muito pouco daqui, porque é muito caro para o consumidor daqui, bem caro [...] até para o turista que vem de fora também é caro [...] como tem muitas oportunidades né! eles ficam nesses balneários mais simples que são muito bons” (H.N, Morador, Informação verbal, 2017).

A Moropóia Aventurismo, criada nos anos de 1990, consolidou-se como a primeira empresa focada no turismo a trabalhar em Carolina, apresentando o segmento de Aventura como carro-chefe, atualmente recebe o nome de Pilares da Chapada Aventurismo. Esse tipo de turismo, inicialmente pouco representativo, recebeu impulso nos anos 2000, com a participação na *Adventure Sport Fair*, evento que marcou a implantação de esportes (tiroleza e rapel) de acordo com normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e a capacitação de sujeitos para promoverem esse modelo de turismo no município.

Durante o governo estadual, entre 1999-2002, foi lançada a primeira versão do Plano Maior de Turismo do Maranhão 2000-2010 (MARANHÃO, 2003) e atores locais participaram de reuniões nas quais indicaram as características naturais do município, culminando na origem do nome de Polo Águas, Cachoeiras e Chapadas, naquela época, o destino era conhecido pelo turismo de lazer, e foram os pioneiros na inserção do Turismo de Aventura no Sul do Maranhão.

A empresa Cia do Cerrado, considerada a primeira da Chapada das Mesas a desenvolver o Ecoturismo, participou da consolidação desse segmento, cujo marco foi a participação nos anos 2000 da Feira *Amazonthec*¹, para vender o destino, mas, sem um produto acabado, receberam críticas, impulsionando o registro da empresa e o início da formação dos primeiros roteiros ecoturísticos. Nesse mesmo período, um contato importante com a Empresa *Freeway Viagens* proporcionou a divulgação de Carolina como roteiro de Ecoturismo e a visibilidade por outras operadoras nacionais. Nos anos de 2005 e 2006 começaram a receber os primeiros turistas com esse modelo de formatação de pacotes de turismo.

Destaca-se um sentimento que expressa o favorecimento dado ao Polo Lençóis, como expresso por João Moropóia², que cita como exemplo, a participação do *trade* turístico da Chapada das Mesas em Barreirinhas, cidade central do Polo dos Lençóis, em capacitações. Em contrapartida, o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE exerce um papel muito importante no município, através de capacitações e consultoria técnica.

Com a criação da Associação Brasileira das Empresas de Ecoturismo e Turismo de Aventura – ABETA, em 2004, agências se associaram, permitindo visibilidade ao município. Ainda em 2004, foi formada a Associação Carolinense de Turismo – ACATUR, criada com o intuito de incluir a cultura do associativismo no município e buscar melhorias para a promoção e organização da atividade.

Enfatiza-se ainda nesse período, a divulgação do município por parte dos próprios moradores com a criação do site ‘Chapada das Mesas-Paraíso das Águas’ que exerceu um papel significativo na visualização do município junto ao restante do país, com a divulgação da Pedra Caída, Cachoeiras do Itapecuru e as praias do Rio Tocantins para visita no mês de julho. O site foi tirado do ar (J.M.; empresário e morador. Informações verbais, 2017).

¹“O Amazontech é um programa dos Sebrae da Amazônia Legal em parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), governos e universidades para a promoção da inovação, difusão e transferência de conhecimento visando à geração de negócios sustentáveis na região” (SEBRAE, 2017).

²Morador de Carolina e considerado um dos pioneiros a trabalhar o turismo no município.

O precário planejamento e gestão do turismo nesse período resultou em alguns problemas para a visitação, como, a terceirização de carros traçados sem adequação devida para o deslocamento de turistas, carros que eram utilizados para transporte de alimentos e animais. Outro exemplo, quando os proprietários permitiam a entrada de turistas para os esportes de aventura nos atrativos, mas, alheios à atividade e ao papel dos guias, geravam constantes conflitos, uma vez que, estes consideravam que os guias estavam se aproveitando do turista, no que diz respeito à alimentação e outros.

Nos anos 2000 o município começou a ser visto como roteiro ecoturístico, tendo como aporte, políticas estaduais que propunham o ordenamento do turismo através da segmentação de roteiros no estado e de ações para auxiliar a gestão desses polos de atração, primeiramente, o Plano Maior 2000-2010 (MARANHÃO, 2003) - Polo Águas, Cachoeiras e Chapadas -, depois o Plano Maior 2010-2020 (MARANHÃO, 2011) - Polo Chapada das Mesas – e no Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão (MARANHÃO, 2012; 2017) – com um Plano Estratégico de Turismo do Polo Chapada das Mesas.

Dentre os fatos que contribuíram para o crescimento do turismo, destaca-se a criação, em 2005, do Parque Nacional da Chapada das Mesas - PNCM, criado por um movimento popular carolinense intitulado de SOS Rio Farinha, com o objetivo de criar uma unidade de conservação para preservação dos recursos hídricos ali existentes. A criação do Parque inibiu a construção de hidrelétricas (MARQUES, 2012), pelas empresas Senergy Saneamento, Energia e Participações Ltda. e Planarte Assessoria e Participações Ltda., que afetariam duas cachoeiras de grande beleza e interesse ecológico no rio Farinha, a do Prata (Figura 5) e a de São Romão, afluentes do rio Tocantins, e protegeu também uma riqueza cultural muito importante para a humanidade, a exemplo das inscrições rupestres encontradas nos paredões areníticos, no Morro das Figuras.

Essas cachoeiras estão localizadas em propriedades particulares que já existiam antes da criação do Parque. Atualmente contam com serviços de alimentação e são cobradas taxas ambientais para a entrada nos atrativos, a atividade de visitação não é regulamentada e fiscalizada. Não há planejamento e quaisquer estudos de carga, conduta ou limites, são vendidas bebidas alcoólicas, situação proibida em Parques, além de não haver acordo para o uso desse território com a gestão da unidade.



Figura 5 – Cachoeira do Prata, Carolina-MA. Fonte: Os autores, 2016.

Em 2012, foi inaugurada a Usina Hidrelétrica de Estreito – UHE no rio Tocantins, no ano anterior foi concluído o enchimento do reservatório da UHE, com uma área inundada de 400 km², que atingiu os municípios de Estreito e Carolina no Maranhão, Aguiarnópolis, Babaçulândia, Barra do Ouro, Darcinópolis, Filadélfia, Goiatins, Itapiratins, Palmeirante, Palmeiras do Tocantins, Tupiratins no Tocantins (CESTE, 2017).

Para Rodrigues et al. (2013), a formação do lago da UHE pode ter como consequências perdas de caráter permanente e que interferirão nos hábitos de turismo e lazer regional, causando também prejuízos sobre a parcela da população que utiliza a visitação como fonte de renda no período de baixa vazante do rio em que se formam as praias, entre os meses de julho e setembro.

O relatório da CNEC Engenharia, emitido em 2005, indicava que a barragem inundaria 6.600ha de Área de Preservação Permanente – APP, provocando o desaparecimento de porções utilizadas para o lazer (MELO; CHAVES, 2012). Devido à construção desse empreendimento, diversos terrenos foram alagados, causando a supressão de porções territoriais do município de Carolina, entre elas, praias fluviais no Rio Tocantins e a Ilha do Botes³, importantes atrativos turísticos (Figura 6).

³ Uma ilha fluvial com 7 quilômetros de extensão, localizada entre os estados do Tocantins e do Maranhão, que durante o período de seca na região (maio a setembro) oferece uma bela e ensolarada praia (NA MIRA, 2017).



Figura 6 – Ilha dos Botes - Festival Fora do Tempo. Fonte: NA MIRA, 2017.

A partir de 2005, o município passou por transformações em relação à quantidade de atrativos, outros espaços adquiriram novas funções em decorrência do crescimento da atividade. Pequenos proprietários que viviam da agricultura e criação de animais perceberam a vocação de suas propriedades para o turismo e investiram em pequenas estruturas para atender os visitantes, dentre eles, destacam-se a Cachoeira do Dodô, Recanto da Família, Cachoeira Aldeia do Leão, Cachoeira do Ilia, Balneário Queda D'água, Recanto das Águas, dentre outros.

Os diversos agentes envolvidos (agências, guias, membros da comunidade e empresários) promovem roteiros baseados nas características naturais e cênicas. A dinamização econômica advinda da atividade turística no município tem como consequência à implantação da atividade sem planejamento, ocasionando uso excessivo dos recursos turísticos, poluição dos recursos hídricos, pichações em rochas nas proximidades e/ou nas cachoeiras, surgimento de trilhas não planejadas com problemas de erosão, retirada de mata ciliar e outros. Furlan (2003) explica que a natureza intocada aparece como mercadoria valiosa, nesse sentido os investimentos em destinos de vocação ecoturística aumentam, muitas vezes alardeados pelo uso intensivo dos recursos e à revelia da comunidade local, porém, neste caso, ela tem sido agente dessa ação.

O DISCURSO ECOTURÍSTICO COMO PRODUTOR DO ESPAÇO EM CAROLINA-MA

O Ecoturismo tem como característica a possibilidade da aproximação do homem com a natureza, tendo assim o visitante um contato direto com a fauna, a flora, além de conhecer ambientes abióticos (NOGUEIRA; IMBROSI; RIOS, 2003). Ao mesmo tempo em que auxilia na conservação e preservação de ambientes naturais, também estimula sua

degradação, isso ocorre devido à fragilidade de alguns ecossistemas onde a atividade é praticada, à falta de compromisso com uso consciente, ao planejamento com critérios insuficientes, gestão incorreta ou a falta dela dentre outros.

O turismo em Carolina vem sendo produzido por discursos do ambiental e social sustentável, mas a lógica observada obedece a padrões de uso intensivo e de turismo massificado. O discurso ecoturístico é a base para a venda dos produtos turísticos, mas no universo de atrativos representados poucos apresentam de fato essa base, a de um turismo voltado para interpretação e conservação do ambiente.

Atrativos, como a Estância Ecológica Vereda Bonita, têm recebido uma atenção que coaduna com uma prática ecoturística responsável. Nela, além da realização de trilhas interpretativas, se consolida a proteção e recuperação de 22 nascentes existentes, das quais, 3 já foram recuperadas com o plantio de 600 espécies nativas, oriundas de um viveiro dentro do próprio atrativo. Um dos objetivos é aumentar o número de plantas frutíferas para a fauna e formar um corredor ecológico. O atrativo foi planejado e designa uma capacidade de carga, na qual foi limitada a quantidade de pessoas que acessam o atrativo diariamente. Somam-se a isto, técnicas de compostagem, reciclagem de pets para a construção de pranchas para a prática de *stand up Paddle*.

Durante as entrevistas realizadas com o gestor do PNCM e com 4 proprietários de receptivos, foram relatados um número grande de visitantes em atrativos como as Cachoeiras de São Romão, Prata e a Cachoeira do Dodô, sem acompanhamento de guias e sem qualquer fiscalização ou controle na quantidade de pessoas, que, segundo eles, tem causado degradação, como inscrição e pichação de rochas, represamento e resíduos espalhados nos caminhos de acesso às cachoeiras e nas margens do rio.

[...] O Dodô é um caso sério, alguém tem que colocar alguma coisa lá, porque, ali tá degradante, escrevendo lá embaixo, jogando lixo, comida, nós fomos lá semana passada, meu Deus! Isso aqui é um lixão, a gente limpou o lixo todo e trouxe (I. L., Proprietária de receptivo, Informação verbal, 2017).

A Cachoeira do Dodô aparece como Recurso de Baixa Prioridade dentro do Plano Maior 2020 (MARANHÃO, 2011). Conforme esse documento, atrativos de baixa prioridade são caracterizados por baixos valores potenciais e que necessitam de grande investimento, e que dificilmente serão ofertas nacionais e internacionais. Ao contrário do que o documento sugere, esse atrativo pertence ao roteiro de Ecoturismo em Carolina, a falta de observância desses atrativos considerados “pequenos” são indicadores da ausência

do Estado em questões relacionadas à preservação do ambiente, visto que, a Dodô localiza-se na Zona de Amortecimento do PNCM.

Quando se trata dos agentes e promotores turísticos, aqui representados pelo poder público, foi unânime entre os donos de atrativos a ausência da Secretaria de Turismo Municipal⁴ em ações diretas ou em conjunto com os proprietários, os quais destacaram que a gestão anterior entre 2013 e 2016 tinha foco apenas no Complexo de Pedra Caída e que nem ao menos tinha conhecimento sobre os outros atrativos.

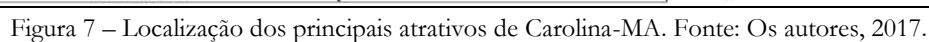
[...] nunca teve, a Secretaria de Turismo, aqui pra nós, não funciona; só funciona pra Pedra Caída, mas pra esses atrativos pequenos, igual nós que somos pequenos, o secretário nunca veio aqui; acho que ele conhece a Cachoeira de São Romão por foto (J. E. Morador e proprietário de atrativo. Informação Verbal, 2017).

Na ausência de números que demonstrassem a origem e a quantidade de pessoas que visitam o município, questionou-se para os donos de atrativos a origem dos visitantes, os quais relataram que o principal mercado emissor é o Pará, seguido pelo Tocantins e por outros municípios do Maranhão; o menor número vem de estados do Centro-Sul, especialmente São Paulo. Esse quadro caracteriza um turismo de base regional, que, de acordo com o atual secretário (gestão 2017-2019), será levado em consideração para os planos de gestão do turismo, com divulgação do município para esse mercado e posteriormente trabalharão o mercado nacional.

O município oferece uma diversidade de atrativos (Figura 7) que são vendidos como produtos ecoturístico. A sustentação no tripé sustentabilidade, conservação e interpretação ambiental é em sua maioria substituído por discursos mercadológicos em que a natureza por si só já é produto a ser consumido, não havendo assim uma interação homem e natureza como a atividade ecoturística propõe.

A cultura daqui é muito de eu tenbo a natureza, mas eu vou botar o concreto pra ficar bonito. Aí vem aquele sentido do homem de colocar a mão e destruir que a gente já conhece [...] Acho que aqui não tem ninguém que seja voltado para o Ecoturismo 100% [...] eu conheci lugares aonde eles levam a questão Eco em consideração em relação ao turismo e aqui eles não têm essa consideração; aqui todo mundo diz que tem a natureza, mas querem transformar todos os lugares naturais em polos comerciais (R. H. Morador e proprietário de atrativo, 2017).

⁴ O período avaliado refere-se a gestão de 2013-2016.



Página 99

massificação desses espaços pelo turismo, o que remete à contradição que o conceito sugere, causando impactos socioambientais ao local de destino (SEABRA, 2001). Indicando o que afirma Rodrigues (2003), que as práticas ecoturísticas têm um aporte de oferta indiscriminada de produtos que indicam o Eco como condição para a promoção desses atrativos. Situação percebida em Carolina.

Algumas questões quanto aos atrativos necessitam serem reavaliadas. Os atrativos não possuem estudos que avaliem sua capacidade de suporte e o limite para o uso, a ‘organização’ é feita de acordo com o que o proprietário considera estar correto. Intervenções são realizadas com o intuito de oferecer maior comodidade ao visitante que, muitas vezes, se contrapõem à preservação dos ambientes naturais, como se vê na Figura 8: ocupação e capina (solo exposto) até a borda do vertedouro do rio e represamento do curso.

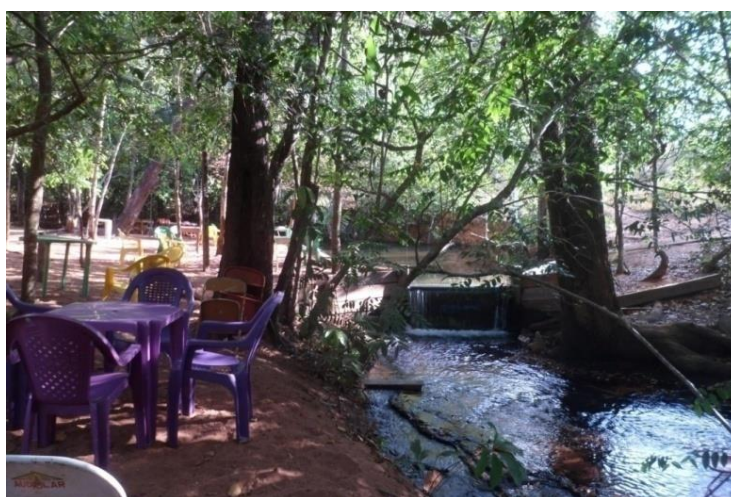


Figura 8 – Represamento do Rio. Fonte: Os autores, 2016.

Impactos negativos e positivos são observados no que tange à prática ecoturística, os visitantes buscam ambientes preservados, aprendizado sobre a paisagem e a cultura local, e acabam se deparando com situações incoerentes ante seus anseios. Portam ainda o pensamento que o encontro com a natureza já o faz ecoturista, situação relacionada à deficiência de informações para a interpretação do tipo de turismo praticado, em sua maioria, massificado, com ambientes lotados e sem o sentimento de interação real com o meio.

Convém lembrar que o Ecoturismo, como estratégia, se torna um embrião para transformações nos sistemas produtivos, e um aliado de processos educativos, mas quando é evidenciado apenas o caráter econômico, encontram-se discursos oportunistas que visam

disfarçar o turismo, aquele focado somente na apropriação do espaço pela via econômica, engendrando um caráter meramente consumista e degradante.

Uma evidência desse ‘consumo’ está na taxação dos atrativos que é atribuída à manutenção do ambiente, mas observa-se a alocação desses recursos na construção de estruturas que se contrapõem ao aproveitamento racional dos recursos naturais. Outra se refere ao número de pessoas por grupos, uma vez que se parte do pressuposto de um contato e relação harmônica com a natureza com um número reduzido de visitantes. O que se contrapõe ao que se observa em atrativos em Carolina, com excursões em ônibus, com grupos numerosos, barulhentos, que produzem resíduos de toda espécie.

Nesse contexto, observa-se um processo de produção do espaço pelo turismo envolto de uma série de fatores que precisam ser avaliados e repensados. O quadro turístico encontrado denota apenas interesses de geração de renda, sem contribuir de fato para a preservação ambiental. A necessidade de cooperação entre os diversos agentes que compõem a atividade turística se faz importante para o ordenamento da atividade, assim, um trabalho em conjunto pode permitir o seu desenvolvimento, desde que obedeça aos preceitos estipulados pelo Ecoturismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender os aspectos que produzem e permitem o entendimento histórico, social e ambiental do espaço geográfico, tornou-se importante para a análise do objeto de estudo dessa pesquisa. O município de Carolina possui uma dinâmica de ocupação e de produção e (re) produção do espaço envolto de aspectos históricos que o consolidaram dentro da história do estado do Maranhão.

Antes identificado por ser um importante entreposto comercial do rio Tocantins, apresenta atualmente outros usos, que agregam nova valorização ao espaço do município, a exemplo do turismo. Quando se trata do turismo, nota-se o crescimento do setor mesmo em cenários de crise, a busca por espaços que sejam contrários ao modo de vida do turista é evidenciado no decorrer desse trabalho. Logo, ambientes de natureza abundante e que ofereçam serviços ambientais que permitam o encontro com a ‘natureza intocada’ tem sido alvo de visitas e como consequência trazem impactos positivos e negativos para as destinações.

A propaganda inerente ao município apresenta o Ecoturismo e o Turismo de Aventura como segmentos para a promoção do turismo, nesse sentido, e a partir da

reflexão da interação entre homem e natureza, voltados para características importantes, como a existência do Parque Nacional da Chapada das Mesas e o ambiente de Cerrado no qual Carolina está inserido, delineou-se a proposta de entender o Ecoturismo praticado.

Uma gama de políticas insere o município no contexto turístico, a exemplo dos planos de turismo estaduais e a inserção de uma legislação municipal para o ordenamento da atividade. É necessário enfatizar que o Governo Estadual ainda tem voltado seus olhares para o marketing do destino, mas ações concretas para o ordenamento ainda são incipientes e se restringem, até o momento da pesquisa, a alguns cursos de capacitação, mas é evidente a necessidade de cooperação entre estado e município para o ordenamento e efetivação dos planos que acabam por continuar no papel.

A apropriação de espaços naturais cresce rapidamente, tornando-se um fator preocupante, visto que o município se encontra em um ambiente de Cerrado e que possui diversas fragilidades. A falta e/ou ineficiência de projetos para educação e interpretação ambiental é um indicador da carência na preservação ambiental, aliados a um mercado que visa o consumo do natural em detrimento do ganho de capital.

Nesse sentido, espera-se que esse artigo sirva como reflexão sobre a produção do espaço no município, corroborando com estudos de cunho geográfico, ainda insuficientes, e que possam auxiliar no entendimento histórico, social e ambiental, uma vez que a propaganda que faz referência aos polos de atração turística, remetem Carolina como um dos pontos focais para promoção e investimentos.

REFERÊNCIAS

BEDIM, B. P. O espaço capitalista da natureza e seu (contra) uso turístico: a dialética da visitação pública em áreas protegidas - um ensaio teórico. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 7, n. 3, p. 75-89, 2007. Disponível em: <<http://www.ivt.coppe.ufrj.br/caderno/index.php/caderno/article/view/234/175>>. Acesso em: 10 jul. 2016.

BRASIL. Ministério do Turismo (Mtur). **Plano Nacional de Turismo 2013-2016**. Brasília: MTur, 2013. Disponível em: <www.turismo.gov.br>. Acesso em: 11 jun. 2014.

CABRAL, M.S. **Caminhos do gado**: a conquista do Maranhão do Sul. São Luís: Sioge, 1992.

CARLOS, A. F. A. Da “organização” à “produção” do espaço no movimento do pensamento geográfico. In: CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). **A produção do espaço urbano**: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011. cap. 3.

CESTE. Consórcio Estreito Energia. **Dados técnicos UHE Estreito**. Disponível em: <http://www.uhe-estreito.com.br/ver_secao.php?session_id=71>. Acesso em: 25 jan. 2017.

CRUZ, R. C. A. **Introdução à Geografia do Turismo**. 2. ed. São Paulo: Roca, 2003.

FURLAN, S. A. Ecoturismo: do sujeito ecológico ao consumidor da natureza. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Ecoturismo no Brasil**. São Paulo: Editora Contexto, 2003. p. 47-58.

GOMES, P. C. da C. **Geografia e Modernidade**. 4. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

GONÇALVES, A. F. Avaliação de território e coremática na compreensão do espaço geográfico. **Geosp – Espaço e Tempo (Online)**, v. 19, n. 3, p. 501-515, 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados município de Carolina-MA**. 2016. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 01 out. 2016.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **Censo Demográfico - 2010**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 09 fev. 2013.

MARANHÃO. **Portal de notícias do Governo do Maranhão**. Potencial Turístico do Sul do Maranhão. 2017. Disponível em: <<http://www2.ma.gov.br/index.php/tag/governo-do-maranhao/page/274/>>. Acesso em: 15 fev. 2017.

_____. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Estratégico de Turismo do Estado do Maranhão**. Relatório Final. Maranhão, 2012.

_____. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Maior - Maranhão 2020**. “Turismo a certeza do futuro”. São Luís: Sektur, 2011.

_____. Secretaria de Estado de Turismo. **Plano Maior de Turismo do Maranhão 2000-2010**. São Luís: SEKTUR, 2003.

_____. **Plano Estratégico do Polo Chapada das Mesas**. Raízes do Brasil, 2015.

MARQUES, A. R. **Saberes geográficos integrados aos estudos territoriais sob a ótica da implantação do Parque Nacional da Chapada das Mesas, sertão de Carolina/MA**. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2012.

MANOSSO, F. C. **Ecoturismo: alguns avanços importantes no Brasil - 2005**. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/artigos/2005/11/30/21937-ecoturismo-alguns-avancos-importantes-no-brasil.html>>. Acesso em: 19 jan. 2017.

MELO, N. L.; CHAVES, P. R. A construção da usina hidrelétrica de Estreito e o processo de territorialização do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB. ENCONTRO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA, 21., 2012, Uberlândia. **Anais eletrônicos...** Uberlândia: IG/UFU, 2012. Disponível em:

<http://www.lagea.ig.ufu.br/xx1enga/anais_enga_2012/eixos/1360_2.pdf>. Acesso em: 20 janeiro 2017.

MUSEU DE CAROLINA. **Acervo histórico de Carolina**. 2015.

NA MIRA. **Festival fora de tempo repercute positivamente fora do Maranhão**. Disponível em: <<https://www.blogsoestado.com/pedrosobrinho/2007/07/30/festival-fora-do-tempo-repercute-positivamente-fora-do-maranhao/>>. Acesso em: 02 maio 2017.

NASCIMENTO, L. K. S. **Geografia, turismo e meio ambiente**: uma nova face do litoral dos municípios de Extremoz e Ceará-Mirim/ RN. 2008. Dissertação (Mestrado em Dinâmica e Reestruturação do Território) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2008.

NOGUEIRA, J. M.; IMBROISI, D.; RIOS, R. M. **Ecoturismo e conservação da diversidade biológica**: uma avaliação econômica de potenciais complementaridades. Brasília: SOBER, 2003. Disponível em: <<http://www.sober.org.br/palestra/9/453.pdf>>. Acesso em: 10 abril 2016.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE TURISMO – OMT. **Panorama OMT del turismo internacional**. Edición 2016. Disponível em: <<http://www.e-unwto.org/doi/pdf/10.18111/9789284418152>>. Acesso em: 05 fev. 2017.

_____. **Introdução ao turismo**. Trad. Dolores Martins Rodriguez Córner. São Paulo: Roca, 2001.

PACHECO FILHO, A. K. G. Um militar a serviço da coroa portuguesa no Sul do Maranhão. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. **Anais...** Fortaleza: ANPUH, 2009. p. 01-09.

PEREIRA, J. **O atual modelo energético e a gestão ambiental no Brasil**: uma análise a partir do caso da UHE-Estreito e os impactos socioespaciais em Carolina-MA. 2015. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) – Universidade Estadual do Maranhão, São Luís, 2015.

PICHININ, É dos S.. Turismo e paisagem: a dinâmica da realidade e a contradição entre os fenômenos que se manifestam nos diferentes lugares. **Formação (Online)**, v. 2, n. 15, p. 125-133, 2008. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/formacao/article/view/672/696>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

RODRIGUES, A. B. Geografia e turismo: notas introdutórias. **Revista do Departamento de Geografia**, v. 6, p. 71-82, 2011. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rdg/article/view/47112/50833>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

RODRIGUES, W.; MAGALHÃES FILHO, L. N.; FIGUEROA, F. V. Valoração dos danos ambientais advindos da construção de hidrelétricas: o caso da UHE de Estreito. **Informe Gepec**, Toledo, v. 17, n. 2, p. 23-39, jul./dez. 2013. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/gepec/article/viewFile/5233/7287>>. Acesso em: 27 dez. 2018.

SANTOS, M. **Espaço e método**. 5. ed. São Paulo: EDUSP, 2014.

_____. **A Natureza do Espaço**: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2006.

_____. **A natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SARTI, A. C.; QUEIROZ, O. T. M. M. Espaço, paisagem, lugar, território e região – a organização do espaço turístico. In: BENI, M. C. (Org.). **Turismo**: planejamento estratégico e capacidade de gestão - desenvolvimento regional, rede de produção e clusters. São Paulo: Manole, 2012. 594 p.

SEABRA, G. **Ecos do Turismo**: o turismo ecológico em áreas protegidas. Campinas: Papirus, 2001.

SILVA, O. B. **História de Carolina**. Brasília: 2015.

TROVÃO, J. R. **O processo de ocupação do território maranhense**. São Luís: IMESC, 2008.